



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O GESTOR ESCOLAR FRENTE AO ALUNO COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM
SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CRISTIANE JONCO CASSEL

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**O GESTOR ESCOLAR FRENTE AO ALUNO COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM
SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE**

por

Cristiane Jonco Cassel

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação,
área de Gestão Educacional, do Centro de Educação da Universidade
Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau
de

Especialização em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Celso Ilgo Henz

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização

**O GESTOR ESCOLAR FRENTE AO ALUNO COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM SITUAÇÃO DE MISERABILIDADE**

Elaborada por
Cristiane Jonco Cassel

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialização em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

Celso Ilgo Henz, Prof. Dr. - UFSM
(Presidente/orientador)

Lorena Marquezan, Prof^a. Ms. – UFSM

Paulo Aukar, Prof. Ms - UFSM

Santa Maria, 02 março de 2011

No término dessa etapa gostaria de agradecer ao meu professor-orientador pela paciência e compreensão. Agradeço também a Jaisso, companheiro de todas as horas, pelo apoio durante o curso e especialmente nestas últimas semanas que o abandonei para finalizar este trabalho.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Constituição Federal de 1988, artigo 205.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O Gestor Escolar Frente ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais em Situação de Miserabilidade

AUTOR: Cristiane Jonco Cassel
ORIENTADOR: Celso Ilgo Henz

Data e local da Defesa: Santa Maria, 02 de março de 2011

A miserabilidade é um misto da vulnerabilidade social com a perspectiva econômica, crucial para o entendimento da necessidade educacional especial no contexto aqui apresentado. Esta perspectiva guia o estudo, realizado no Instituto Estadual Padre Caetano. Para ilustrar o trabalho e incitar ao tema é utilizado um curta metragem denominado “Ilha das Flores” que foca a problemática daqueles que vivem de e no lixo. A escolha se justifica devido aos alunos serem em geral filhos e filhas de catadores, habitantes de uma zona muito pobre da cidade de Santa Maria. A reflexão se dá em torno de como esse contexto social de extrema pobreza e miserabilidade irá refletir no aluno e como o gestor vê este aluno. Esse, ao chegar à escola carrega ainda o estigma da necessidade educacional especial e tem dificuldades de inserção aumentadas. É necessário aproximar-se do aluno através de sua realidade, e somente a partir desta perspectiva educar, já que as experiências e vivências do aluno são decisivas na aprendizagem. Pensar a educação desses alunos duplamente excluídos é difícil, cabe ao gestor escolar buscar estratégias de ensino, para a sala de aula ser um ambiente atrativo. O trabalho visa colaborar nesse sentido, explorando possibilidades de criar novas imagens da realidade desse aluno.

Palavras-chave: Gestor Escolar. Exclusão social. Necessidades Educacionais Especiais. Miserabilidade.

ABSTRACT

THE SCHOOL MANAGER FACE THE STUDENT WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN SOCIAL MISERABILITY SITUATION.

AUTHOR: Cristiane Jonco Cassel
ADVISOR: Celso Ilgo Henz

Place and date: Santa Maria, March 02, 2011

The misery is a blend of social vulnerability and an economic perspective, essential for understanding children with special educational needs in the context presented here. This perspective guides the study, conducted at the Instituto Estadual Padre Caetano. To illustrate this work and incite the theme is used short film called "Ilha das Flores" which focuses the problematic of those who live inside and by the trash. The choice is justified because the students are usually sons and daughters of trash scavengers, living in a very poor area of Santa Maria city. The reflection is about how the social context of extreme poverty will reflect on the student and how the school manager sees this as a student. Considering that this student at the school still carries the stigma of special educational needs and has difficulties of social integration increased. It is necessary to approach the student through his reality, and only from this perspective to educate, since personal experiences and experiences of the student are critical to her education. Thinking of the education of students twice excluded is a hard work, and a challenge for the school manager to seek teaching strategies, becoming the classroom an attractive environment. The work aims to help with that, exploring possibilities for creating new images from the reality of that student.

Keywords: School manager. Social exclusion. Special educational needs. Misery.

SUMÁRIO

1. O Gestor Escolar Frente ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais em Situação de Miserabilidade.....	9
2. Justificativa e Metodologia.....	10
3. “Ilha das Flores”: Um relato da realidade.....	12
4. O local e seus atores.....	15
4.1 A Escola.....	15
4.2 Os Gestores.....	17
4.3 Os alunos.....	18
5 A Realidade.....	21
5.1 Inclusão/Exclusão.....	21
6 Um diálogo sobre o tema.....	24
7 Repensando esses atores.....	29
8 Referências.....	33

1 O Gestor Escolar Frente ao Aluno Com Necessidades Educacionais Especiais em situação de miserabilidade

O gestor escolar em algumas situações encontra na escola uma grande dificuldade, um aluno que vive em um contexto social de extrema pobreza e miserabilidade, este aluno é um espelho da comunidade na qual o mesmo se insere, porém há outro elemento que surge nesse panorama, quando além do contexto social este aluno apresenta necessidades educacionais especiais, que, diante das atuais políticas públicas, deve freqüentar a escola regular.

Pobreza e necessidades educacionais são situações no mínimo complexas, que se coloca como grande desafio ao gestor educacional. Disso se origina a necessidade de averiguar como esses atores educacionais e, portanto, sociais, enfrentam tal realidade, que estratégias usam, que tipo de vivências podem compartilhar com outros profissionais que enfrentam desafios semelhantes? Assim, explicita-se a necessidade de pesquisar como o gestor da escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Caetano no município de Santa Mara implementa ações pontuais da política e da gestão escolar, tendo em vista a escolarização e participação dos alunos com necessidades educacionais especiais em situação de miserabilidade.

A escola Estadual Padre Caetano recebe muitos alunos que vivem situação de miserabilidade, muitos deles são filhos de catadores, e alguns apresentam necessidades educacionais especiais.

Uso o termo miserabilidade, aqui definido como um misto da perspectiva de vulnerabilidade social com a perspectiva puramente econômica que permeia fortemente esta população.

Conforme política nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil, 2004) vulnerabilidade social é um conceito mais amplo que miserabilidade, descrevendo uma população que vive em situação de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências).

2. Justificativa e Metodologia

O que me instigou a escolher o tema foi a experiência que tive no estágio supervisionado em déficit cognitivo/deficiência mental¹, deparei-me com alunos que viviam em situação de miserabilidade, muitos deles filhos de catadores, morando em uma zona muito pobre da cidade. Isso me fez refletir como esse contexto social de extrema pobreza e miserabilidade, que sua realidade socioeconômica produz, irá refletir no aluno. E das dificuldades com que eu como estagiaria me deparei para mediar a apropriação dos conhecimentos, e percebendo que todos os gestores envolvidos neste processo de ensino aprendizagem também sofrem em barreiras culturais e físicas.

Essa necessidade educacional se deve a falta de “inteligência” ou se deve a falta de cognição? Isso se deve a supervalorização da cognição, muito mais do que das experiências e experimentações das crianças em processo de escolarização? Alguns alunos não apresentam diagnóstico de necessidades educacionais especiais, outros têm histórico de fracasso escolar, e porque todos são considerados incapacitados? Porque todos aqueles que experimentam de maneira diferente as aprendizagens escolares não são respeitados e são excluídos pela sociedade? Isso tudo tem relação com o histórico familiar?

O professor deveria criar situações em que essa criança experimente diferentes oportunidades, seja de um alimento que nunca provou ou até uma música que nunca escutou, isto é, experimente inúmeras atividades, tenha experiências diversificadas e amplamente relacionadas ao contexto social.

Tomo as palavras de Larossa (2002), que nos diz que a experiência é o que nos passa o que nos toca, na verdade é o que o faz ter sensações, que podem ser boas ou más, mas é isso que vai fazer aprender e crescer. Ele vê a educação a partir desse par experiência/sentido, para assim o aluno, a partir dessas experiências cria um repertório de comportamento, de habilidades sociais e cognição.

¹Estágio obrigatório do curso de educação especial da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

O objetivo do próximo capítulo é confrontar um documentário com a realidade, pretende-se mostrar a realidade de quem sobrevive do lixo. Essas duas instâncias, pobreza e necessidades educacionais especiais, é uma situação complexa, visto que não é possível isolar o aluno do seu contexto, da sua realidade.

Não é possível isolar o aluno do seu contexto, mas a clientela escolhida também apresenta outro viés, além da miserabilidade, necessidades educacionais especiais, logo, indaga-se também sobre a escola inclusiva. De acordo com a política pública nacional para educação e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Lei nº 9394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasil, 1996), devem ser dadas igualdade de acesso e permanência na escola.

Como já mencionado a escola escolhida para a abordagem foi instrumento de meu estágio na graduação, surgindo aí um interesse de escrever como os gestores escolares recebiam o aluno com necessidades educacionais especiais em situação de miserabilidade. Foram feitas observações tanto em sala de aula como no refeitório e conversas informais com os profissionais envolvidos no processo.

Escolhi como discurso e força argumentativa aos temas que coloco em questão, o curta-metragem “Ilha das Flores” do diretor Jorge Furtado, que fala de fome, miserabilidade e exclusão social, apesar de ter sido produzido em 1989, se percebe que pouco mudou de lá para cá e o quanto a vida é difícil para aquelas pessoas que “vivem/sobrevivem do lixo”. Ele mostra como as pessoas em situação de miserabilidade são tratadas pelos “não-excluídos” e o que precisam fazer para viver. E como é difícil para o gestor escolar receber este aluno, se adaptar e mediar o processo de apropriação dos conhecimentos/saberes.

3. “Ilha das Flores”: Um relato da realidade

Ilha das Flores está localizada em Porto Alegre, RS, Brasil, a miséria é o tópico central do trabalho do diretor Jorge Furtado. O mais importante é que o documentário coloca em pauta a discussão acerca da pobreza, da fome e da exclusão social. Cabe salientar que este foi produzido em 1989, hoje estamos em 2011, o depósito de lixo na Ilha das Flores não existe mais, podemos dizer que o Brasil está evoluindo acerca da pobreza pelo fato de termos muitas políticas públicas a favor do desenvolvimento humano, mas infelizmente ainda existem pontos de miséria e exclusão social.

A Ilha das flores é um documentário de que descreve o caminho de um tomate, desde sua plantação até chegar ao seu destino final, o lixo. Mostra que o ser humano tem o telencéfalo altamente desenvolvido sendo capazes de armazenar, relacionar, processar e entender informações. Porém sabemos que pessoas que apresentam um déficit no telencéfalo, apresentam atrasos motores e cognitivos. Sua mensagem principal é a realidade das pessoas que vivem/sobrevivem do lixo, isto é, muitas delas vivendo em condições precárias de moradia, de educação e saúde.

Cabe lembrar que o relatar este documentário serve de “dispositivo de conversação” nesse trabalho. Isso porque minha intenção não é somente chamar a atenção para a exclusão e dizer que esses sujeitos precisam ser incluídos, é também, chamar a atenção para pensar em outras possibilidades de trabalho pedagógico junto a alunos que são excluídos e que aumentam as taxas de invasão e repetência. Mas, e aí? Como repensar a educação, especialmente a educação especial, de forma que não se negligencie a fome, o medo, a violência, os maus-tratos? Pensar em como os gestores da escola, colegas e comunidade recebem este aluno, eles estão preparados para tanta diferença?

Parece estranho perguntar, porém, permitam-me confrontar: Quais de vocês não têm alimentos a serem desperdiçados? Não apenas consumidos, mas, jogados na lata do lixo por seus familiares? Quais de nós problematizamos essas questões? Elas são tão comuns que justificamos tal desperdício como algo absolutamente

aceitável para uma sociedade de consumo. Também justificamos a negligência em determinadas situações sociais ao nos compararmos aos outros. E, se os outros fazem, eu faço. Se os outros podem, eu posso. Alerto que isso é uma provocativa ironia, não uma acusação.

Não temos Ilha das Flores em Santa Maria, mas temos a Vila Lídia, fica em uma zona de periferia da cidade, às margens do Arroio Cadena, principal curso urbano de água da cidade, água nem tão límpida, pois todo esgoto desemboca nele e em sua margem há enorme concentração de lixo. Desse contexto que me refiro. Nessa região que atuei como estagiária da educação especial.

Não apenas recordar é viver, como já citei Larrosa (2002) antes, a oportunidade de experienciar e a experimentação também é viver, a experiência do novo, do diferente, nos instiga a aprender.

No caso da aprendizagem? O que se considera adequado para os demais alunos seria inadequado para esses alunos com necessidades educacionais especiais e em situação de miserabilidade? Muitas vezes se educa a partir do que esses alunos podem, do que alcançam, do que está no mundo restrito que produzimos para eles.

Sabemos das implicações da necessidade educacional especial, mas, não podemos negar a condição de sujeito desses alunos, eles são seres humanos e ocupam um lugar na sociedade, e não tem dono, mas são sujeitos de direito, livres e iguais perante a lei. Sujeitos de mesmos direitos e deveres. E é para eles que queremos uma educação digna, isto é que este aluno tenha o acesso e a permanência na escola.

“O ser humano se diferencia dos outros animais pelo telencéfalo altamente desenvolvido, pelo polegar opositor e por ser livre. Livre é o estado daquele que tem liberdade. Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.(Documentário Ilha das Flores, Jorge Furtado,1989)

Este trabalho tem como objetivo instigar e guiar o foco desta pesquisa: a exclusão social e escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em situação de miserabilidade.

4. O local e seus atores

4.1 – A Escola

A escola foi instrumento de meu estágio na graduação, surgindo aí um interesse de escrever como os gestores escolares recebiam este aluno com necessidades educacionais especiais em situação de miserabilidade. Foram feitas observações tanto em sala de aula como no refeitório e conversas informais com os profissionais envolvidos no processo.

A Escola chama-se Instituto Estadual Padre Caetano, localizado na Avenida Mauricio Sirotsky Sobrinho, nº 442, apresenta os seguintes graus de Ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo nos turnos manhã e tarde.

Na escola trabalham 65 professores e 16 funcionários. O número de alunos é de 900.

A comunidade atendida pela Escola Padre Caetano é composta por famílias de baixa renda, sem infra-estrutura urbana necessária (saneamento básico, moradia), economia prioritariamente informal; baixo nível de escolaridade falta de planejamento familiar (muitos filhos em lares sem condições econômicas), crianças em situação de risco e/ou assistidas por Instituições, dificuldades de aprendizagem ocasionadas pela desnutrição e a falta de estrutura familiar e “descomprometimento” parcial da família.

A referida escola tem como Filosofia que “a educação é algo mais amplo que a escola, é um processo global de humanização, personalização e de socialização dos seres humanos e que se estendem por toda a vida.” Para que esta meta seja alcançada, a instituição traçou objetivos e Diretrizes, dentre os quais:

- Promover condições para que a proposta pedagógica elaborada participativamente pela comunidade escolar se viabilize.

- Oferecer meios para que haja uma educação voltada para a harmonia de ações evidenciando o educando um ser feliz na escola e no meio em que vive.

- Promover a participação coletiva dos segmentos da escola para que a ação educativa se efetive pelo comprometimento de todos.

Em seu Projeto Político Pedagógico, a escola tem como concepção que o conhecimento precisa ser construído e os conteúdos não podem ser vistos como listagem de tópicos, mas precisam ser significativos. Partindo da realidade dos alunos é que se organizam os planos de estudo.

Em todo o momento dentro da escola percebi que os gestores fazem o possível para que seja cumprido cada item de seu projeto político pedagógico, principalmente em relação à inclusão, os pais são sempre bem vindos em reuniões e há uma conversa direta sobre o que é melhor para a aprendizagem de cada aluno conforme sua realidade social, econômica e educacional.

4.2 O Gestor Escolar

Quem é o gestor escolar? O gestor escolar são todos os profissionais que atuam na escola, da merendeira até o diretor, inclusive a comunidade. São pessoas que entram em contato diariamente com o aluno e que de alguma forma fazem parte da construção do ensino-aprendizagem.

Conforme Luck (2006) a gestão escolar surge para suprimir as carências de liderança e orientação clara partindo de uma perspectiva de superação de dificuldades cotidianas, podemos assim dizer que a gestão escolar educacional está diretamente ligada a área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas associadas e articuladas visando ao objetivo comum da qualidade de ensino e seus resultados.

Assim a gestão escolar é uma área necessária na educação, pois aos gestores escolares tem que saber mediar os conflitos que eventualmente ocorrem na instituição de ensino, assim como os que ocorrem fora da instituição, mas que fazem parte da comunidade escolar, pois para o sucesso da gestão é necessária a participação da comunidade externa e interna da escola.

Sendo a gestão escolar a união de todas as comunidades surge então a gestão democrática:

A gestão democrática ocorre na medida em que as práticas escolares sejam orientadas pela filosofia, valores, princípios e ideias consistentes, presentes na mente e no coração das pessoas, determinando o seu modo de ser e fazer. (Heloisa Luck, Pg 41, 2006)

Esta descentralização de poder, ou melhor, de decisões, essa participação da comunidade caracterizam a gestão democrática, onde todos participam das tomadas de decisões e tem possibilidade de contribuir para a melhora da instituição.

Assim podemos dizer que o sucesso da democratização escolar está na realização do trabalho desenvolvido por todos, o trabalho coletivo, a participação da comunidade, pois este envolvimento também faz parte do ensino-aprendizagem dos alunos

4.3 Os Alunos

Muitos alunos da escola em questão são filhos de catadores e vivem em situação de miserabilidade. A miserabilidade é uma realidade de todo Brasil, inclusive de Santa Maria, onde há muitos catadores. Podemos dizer que a profissão de catadores é considerada uma profissão por lei, então perguntamos, por que esses trabalhadores se encontram em condições que configuram a exclusão social?

A rotina diária do catador é exaustiva e realizada em condições precárias, conforme afirma Magera (2003, p. 34):

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo.

Magera (2003) e Miura (2004) relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e também ao aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

Embora a catação seja tal como a atividade de vendedor ambulante, realizada informalmente, a partir da década de 1980, os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Nos anos 1990, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país com essa finalidade. Com o fortalecimento dessas manifestações, criou-se o movimento nacional de catadores.

Os catadores de materiais recicláveis segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, oficializados no ano de 2002) é o sujeito mais importante no ciclo

da cadeia produtiva de reciclagem, é o sujeito que está na ponta do processo produtivo, fazendo cerca de 89% de todo o trabalho. Contudo, o catador é quem menos ganha. Mesmo sendo responsável por cerca de 60% de todos os resíduos que são reciclados hoje no Brasil o catador vive na miséria, nas ruas e nos lixões por todo o Brasil.

Nessa classificação, a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), os catadores de lixo são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável. Segundo a descrição sumária de suas atividades na CBO, os catadores "catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais re-adequáveis" (Ministério do Trabalho e Emprego, portaria nº 397, 2002).

No ano de 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de lixo. Dentre outras atribuições esse comitê deveria implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. Contudo, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico.

Agora pensemos no seguinte contexto: uma família de catadores, constituída por seis filhos de dois a vinte anos, vivendo/sobrevivendo em condições de miserabilidade, residindo num barraco em uma das vilas mais pobres e marginalizadas de Santa Maria, sendo que dois desses filhos possuem diagnóstico de necessidade educacional especial, os outros não apresentam diagnósticos, porém, suspeita-se que também apresentam tal diagnóstico. Essas pessoas já são excluídas socialmente pelo fato de viverem nessas condições, e podemos inferir que essas crianças são duplamente excluídas por serem diferentes do considerado padrão "normal".

Observou-se que o filho do catador ao chegar à escola, carregando ainda o estigma de necessidade educacional especial, tem dificuldades de inserção potencializadas. Ao gestor é necessário aproximar-se do aluno através de sua realidade, e somente a partir desta perspectiva educar, já que as experiências e vivências do aluno, como já citado anteriormente, são decisivas na aprendizagem.

Contudo, partindo-se do contexto do aluno o professor não deve ignorar as possibilidades desse aluno ir além das restrições e precariedades de seu contexto. Isso significa potencializar as oportunidades de experiência e aprendizagens diversificadas e amplamente contextualizadas com o mundo, isto é, fora do ambiente em que vivem.

5 A realidade

5.1 Exclusão/Inclusão

Atualmente, dentro do sistema de ensino está em destaque a temática da inclusão, e alude a uma atitude do próprio sistema que objetiva recolocar o aluno, trabalhando com o par inclusão/exclusão. As instituições em geral, como a educação, desenvolvem dispositivos de inclusão onde não é o indivíduo que se inclui, mas a escola, em uma relação onde aquele ocupa um lugar passivo.

A inserção é um movimento do que se inclui; logo aquele que busca a inserção social pela via da educação, realiza um movimento que quebra em certa medida a reprodução. Assim, mesmo que haja universalização do acesso à educação não há garantia de que esta possa trazer aos indivíduos alguma inserção social, existe um movimento que é puramente individual, atravessado, é claro por todos determinantes históricos, sociais e biográficos.

Existe portando, um certo determinismo nestas posições que estipulam a classe com preditora de ascensão e inserção social, ou ainda aquelas que observam o sucesso dos indivíduos como uma conseqüência de eventos macro sociais, mas nem por isso deixa de ser considerada alguma possibilidade de alterações nas trajetórias individuais. Uma trajetória irá inevitavelmente considerar aquele panorama que compara determinado indivíduo aos seus pais ou mesmo com o estrato social a que pertence, pode-se apontar que:

O caráter estatístico da relação que se estabelece entre o capital de origem e o capital de chegada é o que faz com que seja impossível dar conta das práticas em função unicamente das propriedades que definem a posição ocupada, em determinado momento, no espaço social: a afirmação de que os membros de uma classe que, na origem, dispunham de determinado capital econômico e cultural, estão votados, com determinada probabilidade, a uma trajetória escolar e social que conduz a determinada posição, implica dizer, de fato, que uma fração da classe - que não pode ser determinada a priori nos limites do sistema explicativo considerado - está destinada a desviar-se em relação à trajetória mais freqüente para a classe no seu todo, empreendendo a trajetória, superior ou inferior, que era a

mais provável para os membros de outra classe, e desclassificando-se, assim, pelo alto ou por baixo (BOURDIEU, 2007, p.105).

A inclusão escolar faz parte da inclusão social, movimento mundial em benefício das pessoas com deficiência, pessoas que vivem em situação de miserabilidade. O processo de inclusão vem sendo discutido desde a década de 90. O princípio da inclusão observa que a sociedade deve fornecer condições para que todas as pessoas tenham possibilidade de serem inseridos na sociedade para que possam, trabalhar, freqüentar escolas e círculos sociais.

A declaração de Salamanca (1994, p.5) diz que:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Assim a escola deve adotar práticas de ensino diferenciadas, recursos, equipamentos adequados para incluir esses alunos especiais no ensino regular, reconhecendo as necessidades individuais de cada um. E os gestores criar metodologias e estratégias com atividades que possam ser abordadas por diferentes maneiras de acordo com o desenvolvimento, compreensão e desempenho do aluno.

Segundo Mantoan (2003) a escola que tem que mudar, e não os alunos, para terem direito a ela. O direito a educação é indisponível e, por ser um direito natural, não pode-se fazer acordo quando se propõe a lutar por uma escola para todos, sendo assim a escola seria aberta a todos, portanto inclusivas.

Mantoan (2003), é bem enfática quanto as mudanças na escola, pois se pretendemos que a escola seja inclusiva, é necessário que a educação seja voltada

para a cidadania global, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Um dos problemas da inclusão são os professores do ensino regular que acreditam não terem condições para receber alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula, o que realmente é compreensível, pois muitas vezes o professor não recebe nenhuma orientação, nem preparação para esta situação.

Segundo Ceccon (1986) o professor é um misto de angústia e esperança, consciente da importância da mudança de paradigmas, porém esta mudança deve ser em conjunto com a escola que deve apresentar uma aprendizagem útil ao cotidiano do aluno desenvolvendo um pensamento crítico e reflexivo.

A inclusão não prevê utilização de práticas de ensino escolar específica para esta ou aquela necessidade educacional especial. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará de maneira eficaz as possibilidades de cada um. Mantoan(2003) afirma que não se trata apenas de uma aceitação de desempenho escolar, mas que devemos agir com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

6 Um diálogo sobre o tema

Muitas crianças têm dificuldades de aprender, e não somente pela necessidade educacional que apresenta, mas também pelo meio em que vivem. Para alunos que vivem em situação de miserabilidade, em moradias sem as mínimas condições de sobrevivência, o “aprender” fica muito mais difícil.

Quando a situação de miserabilidade vêm associado a necessidade educacional especial o problema é ainda maior, pois a questão agora não é somente financeira, ela também é social. Essa pessoa não precisa somente de emprego e ajuda financeira, necessita de acesso digno à alimentação, moradia, saneamento básico, interação consciente com o meio ambiente, acesso ao trabalho, renda, educação, transporte, lazer e o aos bens e serviços essenciais. Interessante apontar que os termos aqui elencados vêm da definição de saúde da Lei 8.080 (BRASIL, 1990) que cria o sistema único de saúde. Essa Lei modifica o conceito de saúde, colocando a educação como um de seus fatores determinantes, e estendendo-se à questão da saúde mental. Não diferencia, portanto, a situação social da situação mental do sujeito, sendo todas componentes do termo saúde, que em última análise, é quesito de cidadania.

A deficiência mental ou retardo mental conforme a descrição do DSM. IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2002) aponta para:

(...) um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (p.73)

Essa é também a definição de Deficiência Mental adotada pela AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental). Segundo a qual o aluno possui uma dificuldade de aprender, e inclusive a própria necessidade educacional especial pode ser uma resposta a condições que alguns alunos foram expostos desde antes

de nascer, pois às vezes não há um acompanhamento de pré-natal, a mãe não tem bons hábitos alimentares, há grande ingestão de bebidas alcoólicas durante a gestação, todos esses fatores contribuem para um atraso no desenvolvimento do feto e também depois do nascimento.

É interessante pensar que isso ocorre muito próximo de nós, pessoas “normais” e com condições financeiras de “sobreviver”, já que sabemos que a própria sociedade exclui essas pessoas consideradas por muitos como “refugos humanos” (descritos como problema mais angustiante e o segredo mais guardado de nossos dias), não querendo enxergar o que acontece ao nosso redor, na nossa periferia. Teríamos que olhar com preocupação, medo e tremor para as “montanhas” e se horrorizar com essa visão (Bauman, 2005).

O excluído é o miserável, mas também aquele que se encontra em vulnerabilidade social. A política nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) prevê não somente o critério econômico para definir uma pessoa em vulnerabilidade social, mas:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Podemos dizer que a noção de exclusão sinaliza o destino excludente de setores majoritários da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (WANDERLEY, 1999).

Hoje vemos a exclusão não mais no individual, ela é vista agora a partir de uma concepção social, onde o princípio dela deveria ser buscado nas mesmas origens do funcionamento das sociedades modernas. A saber: o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços...

Quando se faz um recorte “ocidental” pode-se dizer que os excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos e de nossos valores. Os excluídos não são somente os rejeitados fisicamente, geograficamente ou materialmente, mas, sim, de todas as riquezas pessoais, interpessoais, espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. Os problemas sociais se acumulam, justapondo, no seio das sociedades, categorias sociais com renda elevada ou relativamente elevada ao lado de categorias menos favorecidas, excluídas do mercado e da sociedade.

É preciso dizer que a pobreza e a exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, elas estão articuladas com a desqualificação e a adaptação social. A pobreza tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho.

Wanderley (1999) destaca:

A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicitar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto ao nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como “isso é assim e não há nada para fazer”. Por outro lado revela também uma fragilização do vínculo societal. Tanto na atmosfera social de conformismo, como a compreensão da condição de exclusão social como fatalidade são reveladoras de processo nos quais os vínculos sociais estão no mínimo fragilizados (p. 24).

O modo de vida moderna criou esses excluídos, pois a modernização progrediu, as cidades cresceram, viraram super populosas, e a desigualdade cresceu na mesma proporção e assim surgiram os refugos humanos, ou melhor, seres humanos refugados (BAUMAN, 2005).

Sabemos que o Brasil está caminhando para o fim da pobreza, um exemplo disso é que em 2007 conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cerca de 33% da população vivia abaixo da linha da pobreza isto é, com renda abaixo de um quarto de salário mínimo por pessoa, hoje em 2011, somente 8,5% da população tem renda per capita de R\$ 70. Isto é o resultado das políticas públicas do governo implantadas nos últimos anos. O trabalho, porém não irá aferir a renda das crianças mencionadas visto que são buscadas as perspectivas do gestor educacional, para fins deste estudo tem valor a percepção dos mesmos quanto a realidade socioeconômica dos alunos.

O gestor escolar quando recebe este aluno com necessidades educacionais especiais e vivendo em miserabilidade, em um primeiro momento choca-se, pois tem que aprender a lidar com odores diferentes, com falas diferentes e cotidianos diferentes. Não é fácil, porém não é impossível “aprender” a trabalhar com esta nova situação, este deve ajustar-se a ela e encarar com um desafio, o que acontece na escola em questão é exatamente isso, procura-se adaptar-se, esta palavra neste contexto torna-se fundamental, adaptar-se ao novo, ao diferente mesmo ele não sendo realmente o que se espera. Esta adaptação do gestor o faz capaz de motivar os colegas, alguém que pensa no progresso tanto do aluno quanto no da instituição.

A gestão educacional frente a essas situações, necessidades educacionais especiais e situações de miserabilidade, observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente mediante visão de conjunto e se busca abranger pontos que de fato funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente, reforçando-se reciprocamente (Luck, 2006).

Por isso é tão importante dizer que na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte a escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção daquela.

Ainda segundo Luck (2008), o gestor promove a participação e os participantes desenvolvem crítica e cidadania, neste sentido o gestor educacional transforma-se em peça chave no processo de inclusão.

O processo de inclusão é lento e deve-se tomar cuidado para a inclusão não ser somente a nível educacional, mas também a nível social. Vivemos num mundo com tipos diferentes de normas e todas circulam por diversas instituições, sejam elas jurídicas, pedagógicas, religiosas, enfim elas constituem uma complexidade destinada a normalizarmos a discriminar nossas diferenças. O papel deste gestor no ambiente pedagógico é mais uma vez afirmar de liderança, para mostrar que podemos conviver com as diferenças, sejam sociais, políticas, religiosas, educacionais, para que o trabalho se desenvolva de forma coletiva, dinâmica competente

Quando se fala que o trabalho do gestor tem que ser de maneira coletiva, lembremos que o coletivo só se dá se houver participação tanto da comunidade interna (escolar) como a externa. Este é o papel dos gestores, motivar, e o papel da gestão democrática é justamente fazer com que haja participação, para chegar numa transformação.

7 Considerações finais

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social, alunos que são vítimas em todos os seus sentidos. Esses alunos geralmente repetem as series varias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

O papel do gestor escolar dentro de uma instituição é fundamental, pois suas atribuições vão além desempenhar e fazer cumprir regulamentos, decisões e trabalhos. O gestor na escola hoje é quem sugere novas formas de fazer, é quem ajuda a proporcionar um resultado satisfatório dentro da instituição no âmbito do ensino aprendizagem.

No caso da escola Estadual Padre Caetano, todas estas medidas de tornar o ensino satisfatório iam além da aprendizagem dentro da sala de aula, pois para esses alunos duplamente excluídos, por serem alunos com necessidades educacionais especiais e viverem em situação de miserabilidade, era preciso ensinar a falar, a como se portar em ambientes diferentes e públicos, trabalhar a higienização, propor experiências novas, como por exemplo, na simples apresentação de uma música ou de um alimento que os alunos desconheciam. Como diz Larrosa (2002), com a experiência se aprende, cresce-se.

Pensar na educação desses alunos duplamente excluídos é difícil, o gestor buscar estratégias de ensino para a sala de aula e a escola deve ser um ambiente atrativo. Hernández (2007) sugere que se deve aproveitar as diferenças em vez de considerá-las um problema, pois na escola:

(...) todos devem fazer os mesmos exercícios, repetir a resposta única pensada pelos autores do livro-texto e de seu profeta, o professor. Todos olham o mesmo horizonte: entrar no sistema produtivo ou chegar à universidade. E não se pensa que a educação para todos pode ter outra finalidade em um mundo incerto e de subjetividade mutáveis (p.15).”

Um aluno é diferente do outro, uns tem mais limitações ou potencialidades que outros, tanto limitações e/ou habilidades físicas, mentais, quanto sociais.

Hernández (2007, p. 32) acredita que para construir a educação do aluno seria interessante se levar em conta o que ele vê fora da escola, pois essa vivência “tem um importante papel na constituição de suas subjetividades”. O gestor tem que ter esta “visão” também, saber onde seu aluno mora, vive, convive para a partir deste ponto propor medidas, para o aprimoramento escolar tanto deste aluno como da instituição.

Proponho que o gestor faça usufruto da experientiação, porque a criança tem a oportunidade, pelo menos uma vez, de experimentar algo diferente do que já conhecia. Com isso ela já cria uma significação e é isso que se guarda, se aprende. Cabe frisar que a experientiação não é somente do aluno, mas também do gestor, já que a aprendizagem se processa no campo de encontro de diferentes trajetórias de vida. O ato de educar não é imune, contamina também o agente e é impossível então não implicar-se. (LARROSA, 2002).

A exclusão é uma realidade que nos cerca e nos faz pensar nos caminhos para chegar numa sociedade justa, para todos. Provavelmente simples trabalhos como este não revolucionem e mudem essa realidade, no entanto, se em cada experiência for possível modificar o que está ao alcance, e isto já é bastante, será possível promover a mudança.

Um bom gestor para transformar a educação é preciso que consiga transformar nossas idéias de exclusão e de discriminação social, a educação não deve ser assistencialista, o que devemos fazer é encontrar um caminho para a verdadeira inclusão, isso quer dizer integrar as diferenças, achar um ponto comum do outro em si ou vice-versa.

O gestor deve usar a educação como um meio ou a possibilidade para a reinserção das crianças que vivem nesse meio social marginalizado, oprimido ou até mesmo esquecido, pois tudo aquilo que o aluno sabe de experiência própria e bem vivida não é levado em conta na escola, muitas vezes os professores corrigem sua maneira de falar, seus modos, sua maneira de vestir e, as vezes, dizem abertamente

que eles são incapazes de aprender e de qualquer jeito, eles vão ser reprovados. (Ceccon, 1986, pág. 17) Alguns alunos que passam por essa experiência não se sentem motivados e são resignados ao fracasso.

Acredita-se que a escola é democrática por tratar todos de forma igualitária, porém quando estes alunos chegam à escola eles já vem de uma situação desigual. Uma escola deve primar por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parcerias as famílias e a comunidade na elaboração no cumprimento do projeto escolar (Mantoan,2003, p.29)

Quando a situação de miserabilidade vêm associado a necessidade educacional especial o problema é ainda maior, pois a questão agora não é somente financeira, ela também é social. Essa pessoa não precisa somente de emprego e ajuda financeira, necessita de acesso digno à alimentação, moradia, saneamento básico, interação consciente com o meio ambiente, acesso ao trabalho, renda, educação, transporte, lazer e o aos bens e serviços essenciais. Interessante apontar que os termos aqui elencados vêm da definição de saúde da Lei 8.080 (BRASIL, 1990) que cria o sistema único de saúde. Essa Lei modifica o conceito de saúde, colocando a educação como um de seus fatores determinantes, e estendendo-se à questão da saúde mental. Não diferencia, portanto, a situação social da situação mental do sujeito, sendo todas componentes do termo saúde, que em última análise, é quesito de cidadania.

Conclui-se que o processo de inclusão como prática positiva ocorre de forma lenta e gradativa, em funções das barreiras encontradas no dia a dia, as quais causam medo, insegurança e frustrações. A inclusão escolar entende-se como uma prática de convívio social, de constante aprendizagem tanto para os alunos como para os gestores escolares, tornando-se um exercício de cidadania.

Este trabalho partiu de uma percepção pessoal, cabe dizer então, que com a experiência cresci e amadureci, percebi que o que me sobra pode ser muito em outras realidades e vice-versa. Logo, a troca que se faz nesses encontros é rica e

deve ser multiplicada, os muros que apresento aqui: miserabilidade e necessidades educacionais especiais, talvez possam ser derrubados e, creio também, que a academia tem parte dessa responsabilidade.

Enfim a escola prepara para o futuro e se na escola aprenderem a valorizar e conviver com o diferente, com certeza serão adultos que não precisarão de tanto empenho para compreender a inclusão como nós.

8 Referências

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 4, de 14-09-1993. 9ªed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL, MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em 24/12/2010

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Especial. Declaração de Salamanca. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 13/12/2010

Ceccon Claudius, Oliveira de D. Miguel, Oliveira de D. Rosink, **A vida na escola e a escola da vida**. Vozes.petrópolis, 1986.

Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil). Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Estabelece a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out. 2004.

DSM-IV. **Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FREITAS, Soraia Napoleão e Peranzoni, Vaneza Cauduro. A Evolução Do (Pre)Conceito De Deficiência. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, n.16, Ed.2000. Disponível em:< <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2000/02/r2.htm>>. Acesso em 2 nov. 2008.

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da Cultura Visual**: Proposta Para Uma Nova Narrativa Educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas Sobre A Experiência E O Saber De Experiência**. 20 Jan/Fev/Mar/Abr 2002. Nº 19. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe19/03-bondia.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2008.

LUCK, H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAGERA, M. (2003). **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Átomo.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300009&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 22 outubro 2008.

_____ **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/brasil-sem-miseria-atendera-16-2-milhoes-de-pessoas>. Acesso em 20 de Maio de 2011

Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Brasília, 2002. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2008.

MIURA, P. C. O. (2004). **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação de mestrado não publicada, Mestrado em Psicologia Social, orientadora Dra. Bader Sawaia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2004.

Wanderley, M. B. (1999). **Refletindo sobre a noção de exclusão**. Em Sawaia, B. (Ed.) *As artimanhas da Exclusão: Análise Psicos-social e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.